

RESUMO EXECUTIVO DA ATA

70ª REUNIÃO DO CBH-BS - ORDINÁRIA

Data: 18 de dezembro de 2024

Horário: 14h

Local: : Universidade Santa Cecília (UNISANTA) - Rua Oswaldo Cruz, 277 - Boqueirão - Santos - SP

Representantes do Comitê presentes na reunião:

Segmento Estado

1. Vivian Marrani - Secretária Executiva	CETESB
2. Luiz Miguel Dias Valino - Titular	SEMIL
3. Laura Stela Naliato Perez - Suplente	SEMIL
4. Angelita Monteiro - Titular	SP Águas
5. Josué Barranco - Suplente	SP Águas
6. Zenivaldo A. dos Santos - Titular	SABESP

Segmento Municípios

1. Raquel Auxiliadora Chini - Titular - Presidente	Prefeitura de Praia Grande
2. Rui Lemos Smith - Suplente	Prefeitura de Praia Grande
3. Gilberto Gonçalves - Suplente	Prefeitura de Guarujá
4. Guilherme de Souza Moreira - Suplente	Prefeitura de Itanhaém
5. Débora dos Santos - Representante do Suplente	Prefeitura de Santos

Segmento Sociedade Civil

1. Nelson Portéro Jr. - Titular - Vice-presidente	Assoc. Eng. Arq. Agr. de Bertioga
2. Alexandra Sampaio - Titular	UNISANTA
3. Edelson Chaves Fazenda - Titular	Liga de Beach Soccer do Guarujá
4. Flavia Cantara - Titular	CIESP Cubatão
5. Syllis Flávia Paes Bezerra - Titular	ECOPHALT
6. Marcia Trindade Jovito - Titular	CONCIDADANIA
7. Maria Anielle da Silva Rodrigues - Suplente	CIDE
8. Oswaldo Americano Godoy - Titular	Assoc. Amigos Riviera São Lourenço
9. Valdir Felisberto de Souza - Suplente	Lar das Moças Cegas
10. Valéria Margareth de Campos – Titular	Ag. Nac. de Desen. Eco Social
11. Sueli Moroni da S. Machado – Suplente	CIESP
12. Wanderson Alves Buló - Titular	SINDQUIM Baixada Santista

Ausências justificadas:

1. Anna Karla Cavalcante M. Ramos – Suplente	SEMIL
2. Erik Sanches Salgado - Suplente	CIESP Santos
3. Cleber Correa Ferrão - Titular	UNISANTOS
4. Ademar Salgosa Junior - Titular	Assoc. Eng. Arq. Agr. de Santos

Aos dezoito dias de dezembro de 2024, às quatorze horas e trinta minutos, pela segunda chamada, iniciou-se a 70ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista (CBH-BS), na Universidade Santa Cecília (UNISANTA). A Mesa Diretora de trabalhos foi composta por Nelson Portéro Junior (Vice-presidente), Vivian Marrani Marques (Secretária Executiva) e Laura Stela Naliato Perez (Secretária Executiva Adjunta). **01 - Abertura.** O Vice-presidente, Nelson Portéro Junior, iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos e justificando a ausência no início da reunião da Presidente do Comitê, Raquel Auxiliadora Chini. Solicitou paciência dos participantes para aguardarem a formação de quórum para as votações e agradeceu a concessão do espaço pela UNISANTA. Convidou Rui Lemos, representante da Prefeitura de Praia Grande, para participar e presidir a abertura formal da reunião, como suplente oficial da presidência. Destacou ainda a inauguração da Sala de Situação, já em pleno funcionamento, convidando os presentes a realizarem uma visita após a reunião. **02 - Aprovação da Ata da 69ª Reunião Extraordinária do CBH-BS, realizada em 08/20/2024.** A Secretária Executiva considerou a alteração da nomenclatura URAE e a Ata foi aprovada por unanimidade. **03 - Comunicações.** O Vice-presidente anunciou o início do processo eleitoral para a escolha das entidades da sociedade civil que comporão o Comitê durante o próximo mandato no período 2025-2027. Explicou que as entidades já cadastradas deveriam atualizar suas informações, incluindo eventuais mudanças na Diretoria e/ou dados cadastrais. Novas entidades poderiam ser incluídas mediante a submissão da documentação exigida. Também informou que o cronograma com os prazos e procedimentos específicos seria divulgado em breve, devendo ser acompanhado pelo site oficial do Comitê. Além disso, destacou que a Secretaria Executiva estaria disponível para auxiliar as entidades no cumprimento das exigências e na regularização de pendências, com o objetivo de garantir a ampla participação no pleito. A Secretária comunicou que, dada a necessidade de quórum qualificado para algumas Deliberações, como a revisão do Estatuto e do Regimento interno, haveria inversão da pauta. Após o comunicado, a Beatriz Vilera (Diretora Técnica da FABHAT) apresentou o Relatório de Atividades do CBH-BS de 2024. Em síntese, o ano foi marcado por muitos desafios, mas também por diversas conquistas importantes para a gestão da bacia hidrográfica, reforçando o compromisso e o trabalho coletivo do Comitê e de seus membros. Descreveu as principais atividades desenvolvidas, começando pela realização de 30 reuniões ao longo do ano das Câmaras Técnicas e Comissões Especiais, além das plenárias. Essas reuniões tiveram duração média de três horas cada e foram espaços essenciais para a discussão de temas relevantes. Destacou a presença e a participação ativa dos membros, fundamental para a qualidade dos debates e para a aprovação das medidas propostas. Também mencionou que, em 2024, o Comitê concluiu importantes revisões nos documentos normativos, incluindo o Estatuto e o Regimento interno, fruto de um trabalho coordenado pela Comissão Especial de Assuntos Jurídicos e Institucionais (CEAJI). Além disso, foram estabelecidos os critérios para análise e hierarquização de empreendimentos a serem financiados com recursos do FEHIDRO para o ano de 2025 e o regulamento do processo eleitoral para o segmento da sociedade civil para o próximo biênio. Outro ponto ressaltado foi o trabalho realizado pela Secretaria Executiva de atualização do site do Comitê e do SIGRH. Enfatizou que a atualização do site foi uma prioridade, uma vez que a comunicação eficiente é essencial para o funcionamento do Comitê. Destacou os esforços na gestão da cobrança pelo uso da água, explicando que os valores arrecadados foram destinados a projetos e ações voltados para a melhoria da bacia hidrográfica. Também mencionou a organização e o envio de ofícios, a comunicação por e-mails e o apoio técnico e administrativo às Câmaras Técnicas e ao plenário, que

contribuíram para a eficiência dos processos internos do Comitê. Ao longo de sua apresentação, aproveitou para agradecer a todos os envolvidos nas atividades do Comitê e ao apoio técnico da FABHAT nas atividades da Secretaria Executiva. **4 - Deliberação CBH-BS nº 437, de 18 de dezembro de 2024 - Aprova a transferência de recursos de custeio para investimento, oriundos da cobrança pelo uso da água. Deliberação aprovada por unanimidade.** Laura Perez (SEMIL), Secretária Executiva Adjunta, explicou que a proposta consistia na transferência de aproximadamente R\$ 2 milhões da conta de custeio para a conta de investimentos, destacando os benefícios e a fundamentação técnica. Elucidou que a conta de custeio havia acumulado recursos substanciais ao longo dos últimos anos, principalmente devido à redução das demandas administrativas, mencionando fatores como a transição para reuniões virtuais durante a pandemia e a digitalização de processos internos, que resultaram em menor consumo de recursos para despesas operacionais. Esse cenário deixou a conta de custeio com um excedente significativo, que vinha sendo subutilizado. Destacou que a transferência desses recursos para a conta de investimentos permitiria uma aplicação mais eficaz em projetos prioritários voltados para a gestão sustentável dos recursos hídricos na região. Entre os exemplos de projetos que poderiam ser beneficiados estavam iniciativas de recuperação de nascentes, melhoria da qualidade da água e educação ambiental. A redistribuição dos valores tornaria possível financiar mais projetos com impacto direto na bacia hidrográfica, otimizando o uso dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água. Detalhou a estrutura da proposta, explicando que seria mantida uma reserva mínima de cerca de R\$ 484 mil na conta de custeio para cobrir despesas administrativas emergenciais e contratações pontuais, como consultorias especializadas e para o apoio técnico adicional. Enfatizou que essa reserva seria suficiente para assegurar o pleno funcionamento administrativo do Comitê, mesmo após a transferência dos recursos excedentes. O Vice-presidente elogiou a proposta destacando a relevância para ampliar a capacidade de investimento em projetos estratégicos. Expressou preocupação quanto à reserva mínima para o custeio, questionando se o valor seria suficiente para cobrir possíveis despesas emergenciais ao longo do próximo ano. A Secretária respondeu que a reserva de aproximadamente R\$ 484 mil seria mais do que adequada, considerando especialmente a redução significativa nas despesas administrativas observada nos últimos anos. Na sequência, aberta a palavra ao plenário, com diversas colocações, questionou-se se a transferência poderia comprometer a capacidade do Comitê de responder rapidamente as demandas emergenciais, como a contratação de consultorias técnicas. Laura assegurou que, mesmo com a transferência dos recursos, o Comitê manteria sua flexibilidade para lidar com imprevistos e emergências pontuais. Reforçou que o rigor no monitoramento da execução dos recursos continuaria sendo uma prioridade, assegurando transparência e eficácia ao orçamento. Houve concordância na plenária, com a colocação de que, os recursos adicionais na conta de investimentos poderiam beneficiar significativamente projetos voltados à mitigação de impactos ambientais e melhorias no saneamento básico, ressaltada a urgência em priorizar essas áreas, especialmente diante dos dados críticos apresentados no recente relatório de situação hídrica da bacia. Também surgiu da plenária uma proposta para que a Secretaria Executiva elaborasse e apresentasse um plano detalhado para a distribuição dos recursos transferidos entre os projetos prioritários, garantindo que as decisões fossem fundamentadas em dados concretos e alinhadas às necessidades mais urgentes da bacia hidrográfica. A Secretária Executiva endossou a sugestão e comprometeu-se a apresentar um relatório preliminar com as prioridades para a próxima reunião. Reiterou o compromisso do Comitê em assegurar que cada recurso aplicado gerasse benefícios claros e mensuráveis

para a região. O Vice-presidente, antes de encaminhar a Deliberação para votação, destacou que a proposta de transferência de recursos representava um marco da maturidade administrativa do Comitê. Agradeceu à Laura e à equipe técnica pela elaboração de uma proposta tão bem estruturada e fundamentada. **5 - Deliberação CBH-BS nº 438, de 18 de dezembro de 2024 - Aprova o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da UGRHI-07 2024, ano base 2022/2023. Deliberação aprovada por unanimidade.** O assessor técnico da FABHAT, Raul Mendes, iniciou sua apresentação destacando a importância do Relatório de Situação dos recursos hídricos para embasar as deliberações e planejamentos futuros do Comitê. Explicou que a análise foi conduzida com base em padrões metodológicos estabelecidos pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH e dados coletados nos últimos cinco anos. Esses dados, fornecidos por órgãos como SP Águas e CETESB, incluíam informações sobre a oferta e a demanda de água, qualidade das águas interiores e costeiras, e a efetividade de projetos em execução, permitindo uma visão abrangente da oferta e demanda dos recursos hídricos na região. Sobre o item Saneamento Básico, destacou que, atualmente, cerca de 91% da população urbana da bacia hidrográfica possui acesso à água tratada, representando um avanço significativo na cobertura de abastecimento, porém a meta é atingir 99% de cobertura de água tratada até 2027. A coleta de esgoto ainda é uma questão preocupante, com uma cobertura de apenas 78,4% e ainda não possuem os novos dados sobre o tratamento, fornecidos pela CETESB. Enfatizou os investimentos significativos direcionados à mitigação de problemas relacionados à drenagem, apontando que essa é uma das maiores dificuldades enfrentadas pela região, devido às suas características geográficas. Com relação à qualidade das águas, 19 pontos foram monitorados em 2023, revelaram uma relação proporcional entre a densidade populacional e a piora na qualidade das águas da região. Já o índice de abastecimento público trabalha com 5 pontos monitorados, todos com qualidade boa. Uma nova medição foi incorporada ao relatório, que é o índice de qualidade das águas costeiras, das 72 praias monitoradas pela CETESB, houve uma piora na qualidade das águas em comparação ao período pandêmico, atribuído ao aumento de atividades turísticas e ao retorno de práticas que impactam diretamente os corpos hídricos. No entanto, destacou que algumas praias mostraram recuperação notável, migrando para índices melhores de qualidade ao longo de 2023. O Relatório também avalia os trabalhos do Comitê no período, acompanhando os resultados obtidos dentro das Câmaras técnicas e nas sete reuniões plenárias do Comitê em 2022 e três reuniões Plenárias em 2023. Dos empreendimentos indicados em 2022, somaram-se os valores de cobrança e CFURH, sendo dois projetos de educação ambiental implementados, além de seis para a drenagem. Concluiu reforçando que o Relatório é um marco importante para o planejamento das ações para o próximo ano. Rui Lemos Smith, Prefeitura de Praia Grande, destacou a necessidade dos membros da Sociedade Civil se organizarem melhor para que os recursos disponíveis possam ser direcionados para atender as necessidades específicas de cada região. Alexandra Sampaio, representante da UNISANTA, enfatizou as dificuldades estruturais das entidades da Sociedade Civil, que não possuem a mesma robustez de equipe técnica e financiamento que entidades maiores, e sugeriu mais capacitações técnicas. Syllis Flavia Paes, representante da entidade ECOPHALT corroborou destacando o fato de muitas entidades da sociedade civil serem compostas por trabalhadores voluntários, com equipe reduzida e escassez de recursos. Hélio Suleiman salienta que a FABHAT poderia trabalhar mais de perto com essas entidades no próximo ano visando também a inscrição de mais projetos por parte das entidades. **6. Deliberação CBH-BS nº 439, de 18 de dezembro de 2024 - Aprova a revisão do Estatuto do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista e Deliberação CBH-BS nº 440, de**

18 de dezembro de 2024 - Aprova a revisão do Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista. Deliberações aprovadas por unanimidade. A Dra. Graziella Maso, Coordenadora da Comissão Especial de Assuntos Jurídicos e Institucionais (CEAJI), foi convidada a apresentar os detalhes das propostas de Revisão do Estatuto e do Regimento Interno. Iniciou destacando o esforço conjunto da Comissão e da Secretaria Executiva para modernizar os instrumentos normativos do Comitê, tornando-os mais claros, objetivos e alinhados às diretrizes atuais do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Explicou que o Estatuto e o Regimento Interno foram reorganizados para facilitar a consulta e a compreensão dos membros. Diversos artigos foram redistribuídos, agrupando temas correlatos e eliminando as redundâncias, resultando em uma estrutura mais funcional e acessível. Outro ponto enfatizado foi a atualização das competências de diferentes instâncias do Comitê. Explicou que as atribuições do plenário, da diretoria e das câmaras técnicas foram ajustadas, assegurando que todos os entes do Comitê tivessem suas funções e responsabilidades claramente definidas, promovendo maior eficiência e eficácia para a gestão. Uma das principais mudanças introduzidas foi a inclusão de normas para regulamentar reuniões e votações virtuais, uma prática positiva, que se tornou recorrente desde a pandemia. Destacou que a atualização visava garantir a legalidade e a transparência das Deliberações realizadas de forma remota, assegurando que a participação online tivesse o mesmo peso e validade que a presencial. Também mencionou os novos critérios para lidar com a vacância de cadeiras no plenário e a substituição de representantes em câmaras técnicas e grupos de trabalho. Ressaltou ainda a simplificação do processo eleitoral para a escolha de representantes da sociedade civil. Os procedimentos foram desburocratizados, com prazos mais curtos para cadastro e validação de entidades participantes, promovendo maior inclusão e dinamismo ao processo. Por fim, explicou que o novo Estatuto detalha penalidades aplicáveis às entidades que descumprissem os deveres dos membros do Comitê, como as ausências consecutivas injustificadas. Essas medidas foram incluídas para garantir maior comprometimento e o bom funcionamento das atividades do Comitê. Na sequência, pela manifestação do plenário, o Vice-presidente parabenizou a equipe pela clareza e pela abrangência das alterações propostas. Destacou que a regulamentação das reuniões e votações virtuais era um avanço significativo, considerando a crescente necessidade de flexibilidade nos métodos de participação nas reuniões, garantindo participação. Questionou como a nova regulamentação trataria questões como a validação de quórum em reuniões online e se haveria requisitos adicionais para a identificação dos participantes. Graziella respondeu que o novo Estatuto inclui dispositivos específicos para garantir a segurança e a validade das reuniões virtuais. O quórum seria calculado da mesma forma que nas reuniões presenciais e que os sistemas utilizados para encontros online teriam mecanismos de registro e autenticação, garantindo a identificação dos participantes e a integridade das votações. Outro ponto discutido surgiu na sugestão de análise mais detalhada do impacto das novas regras sobre o processo eleitoral, se as mudanças poderiam afetar a representatividade das entidades menores, que frequentemente enfrentam dificuldades para cumprir prazos ou atender aos requisitos de participação. Graziella reconheceu o desafio enfrentado por algumas entidades menores e explicou que a simplificação do processo eleitoral foi pensada justamente para facilitar a participação, reduzindo burocracias e exigências desnecessárias. Reiterou que a revisão foi projetada para promover maior inclusão e que a equipe estava aberta a sugestões adicionais para ajustar o processo, caso necessário.

7. Deliberação CBH-BS nº 441, de 18 de dezembro de 2024 - Aprova o regulamento do processo eleitoral do segmento Sociedade Civil para o mandato 2025-2027. Deliberação aprovada por unanimidade. A

Presidente do Comitê, Raquel Chini, convidou a Laura Perez para apresentar o regulamento. A Secretária explicou que o processo eleitoral foi amplamente reformulado para atender ao novo Estatuto, Reimento Interno e às diretrizes mais atuais de transparência e inclusão, garantindo que mais entidades pudessem participar de forma acessível e eficiente e iniciou sua explicação abordando a simplificação de procedimentos. O novo regulamento permite que todo o envio da documentação seja por correio eletrônico, o que reduz significativamente a burocracia e acelera o processo, além de proporcionar maior acessibilidade para as entidades. Informou que as inscrições começariam no dia 19 de dezembro de 2024 e se estenderiam até o final de janeiro. Quanto aos critérios de elegibilidade, detalhou que as entidades interessadas deveriam apresentar documentos específicos, incluindo um estatuto atualizado e registrado em cartório, uma ata recente de posse da diretoria e comprovação de atividades compatíveis com a categoria em que se enquadra. Reforçou que essas exigências não eram apenas burocráticas, mas fundamentais para assegurar a legitimidade e a capacidade técnica das organizações que comporiam o Comitê. A análise dos documentos submetidos pelas entidades será conduzida pela CEAJI, com apoio da Secretaria Executiva. Informou que as entidades teriam a oportunidade de apresentar complementações ou correções em caso de pendências documentais. Explicou que, após a análise e validação das inscrições, seria publicada uma lista preliminar de entidades habilitadas e inabilitadas. Essa etapa teria com o objetivo de garantir total transparência no processo. Caso alguma entidade discordasse da decisão, poderia apresentar recursos dentro de um prazo estipulado. Na sequência, destacou que a votação para escolha dos representantes ocorreria em um período previamente definido no regulamento, com a participação de todas as entidades habilitadas. Por fim, reforçou que, após a conclusão das eleições, seria feita uma publicação oficial com a lista das entidades eleitas, incluindo seus respectivos titulares e suplentes. Após a apresentação, a Presidente abriu espaço para comentários e perguntas. O representante da SABESP apresentou uma proposta de alteração da quantidade de vagas por categoria e alteração no texto, visando incluir a representação da SABESP na categoria de usuários. A proposta de alteração da quantidade de vagas não foi aceita pelo plenário e Beatriz Vilera (FABHAT) esclareceu que os usuários somente podem ser representados por entidades associativas, conforme estabelece a Lei nº 7.663/1991, portanto, a SABESP somente pode ser representada, por exemplo, pela ASSEMAE, ABCON ou outra entidade associativa que represente o setor. A Secretária explicou que, devido às alterações realizadas no Estatuto e no regimento interno, todas as entidades precisariam enviar novamente seus documentos, como o estatuto atualizado e registros cartoriais, além de comprovar atuação nos últimos dois anos. Mas, surgiu o questionamento sobre o que exatamente seria necessário para o cadastramento. Beatriz Vilera esclareceu quais documentos são necessários, de acordo com a categoria em que se enquadra cada entidade. A mesa diretora reforçou que toda a comunicação oficial sobre o processo, incluindo fichas de inscrição e prazos, seria disponibilizada no site do Comitê e nos canais de comunicação do Comitê.

8. Deliberação CBH-BS nº 442, de 18 de dezembro de 2024 - Aprova critérios para análise, hierarquização e indicação de empreendimentos para a obtenção de financiamento com recursos do FEHIDRO em 2025. Deliberação aprovada por unanimidade. A Presidente convidou Ricardo Oi, Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento (CTPG), o qual iniciou sua apresentação enfatizando a relevância do FEHIDRO como instrumento de apoio financeiro para ações estratégicas voltadas à gestão sustentável dos recursos hídricos. Destacou que o objetivo principal do Comitê, ao definir critérios claros e objetivos, era garantir transparência e eficiência no processo de seleção, priorizando projetos com maior

279 impacto positivo na região. Para o ano de 2025, o Comitê teria cerca de R\$ 24 milhões
280 disponíveis para os projetos estratégicos da bacia. Detalhou que, para um projeto ser
281 considerado elegível, deve estar enquadrado no Plano da Bacia Hidrográfica, apresentar
282 documentação técnica e administrativa completa, demonstrar capacidade técnica e
283 financeira para execução, e atender a contrapartida exigida. Apresentou o sistema de
284 pontuação utilizado para hierarquização dos projetos. Destacou que os critérios incluíam
285 impacto ambiental e social, dando prioridade a benefícios como melhoria na qualidade da
286 água e redução de riscos de desastres naturais. Abrangência territorial também era um fator
287 importante, com maior pontuação para projetos que beneficiassem mais municípios da bacia
288 hidrográfica. Detalhou o cronograma de seleção e avaliação, informando que o período de
289 submissão de propostas entre janeiro e março. As etapas de avaliação técnica e
290 hierarquização ocorreriam entre abril e maio, e a indicação do CBH-BS das propostas
291 selecionadas até maio 2025. Durante esse processo, a Secretaria Executiva organizaria
292 plantões de dúvidas e sessões de capacitação técnica para proponentes, visando garantir
293 maior qualidade e alinhamento das propostas aos critérios estabelecidos. Após explanação,
294 a Presidente abriu espaço para comentários e discussões. Na plenária, manifestaram
295 preocupação com a possibilidade de os municípios maiores, que possuem maior capacidade
296 técnica e equipes mais preparadas, monopolizarem os recursos. Sendo um fato, questionou-
297 se como os critérios garantiriam distribuição equitativa entre os municípios grandes e os
298 pequenos, evitando que os menores ficassem prejudicados. Em resposta, a Secretaria
299 Executiva explicou que os critérios aprovados incluíam ponderações que favoreciam a
300 inclusão de propostas de municípios menores, incentivando a participação ampla e
301 equilibrada. Destacou-se que essas ponderações eram um reflexo da preocupação histórica
302 do Comitê em promover justiça distributiva. Outro ponto levantado, a importância do
303 monitoramento contínuo dos projetos aprovados. Foi sugerido que fossem estabelecidos
304 indicadores claros de desempenho para acompanhar a execução dos empreendimentos e
305 assegurar que os resultados esperados fossem alcançados. Também na plenária
306 expressaram preocupação com a dificuldade que algumas entidades e municípios enfrentam
307 para atender às exigências técnicas e documentais do processo de submissão de propostas,
308 surgindo a sugestão que fossem criados mecanismos de suporte mais robustos, como
309 extensões de prazo ou equipes dedicadas para ajudar as entidades a superar os obstáculos.
310 A Secretaria explicou que o Comitê tem planejado oferecer plantões de dúvidas com suporte
311 técnico, ao longo de todo o período de submissão. Essa assistência visa justamente reduzir
312 as barreiras de participação. Assim, não apenas elevaria a qualidade das propostas
313 submetidas, mas também ajudaria a reduzir a taxa de rejeição por inconsistências técnicas.
314 A Presidente acolheu a sugestão e propôs que a ideia fosse incorporada ao plano de trabalho
315 do Comitê para o próximo ano, reforçando o compromisso do Comitê com a gestão
316 participativa e inclusiva. Dentre os assuntos discutidos, apontou-se a necessidade de priorizar
317 empreendimentos com impacto direto e mensurável na qualidade dos recursos hídricos da
318 bacia, sendo que os critérios aprovados já davam preferência a projetos voltados para a
319 mitigação de impactos ambientais e o saneamento básico, mas que a análise técnica deveria
320 ser rigorosa para evitar a aprovação de propostas inviáveis ou mal estruturadas. Também
321 foi sugerido que, além do monitoramento técnico e financeiro, fosse criado um mecanismo
322 de feedback contínuo para os proponentes. A ideia seria fornecer orientações específicas
323 às entidades cujas propostas não fossem aprovadas, permitindo que ajustassem suas
324 estratégias e retornassem mais fortes em chamadas futuras. A Secretaria Executiva
325 considerou a proposta válida e comprometeu-se a discutir a viabilidade dessa iniciativa nas
326 reuniões subsequentes. Por fim, a Presidente destacou que a discussão era uma

327 demonstração clara do compromisso do Comitê em garantir que os recursos fossem
328 utilizados de maneira justa, estratégica e impactante. **9. Assuntos Gerais e 10.**
329 **Encerramento** - A Presidente do Comitê e Prefeita P.M de Praia Grande, Raquel Auxiliadora
330 Chini convidou os participantes a conhecerem a recém-inaugurada Sala de Situação,
331 ressaltando sua relevância para o monitoramento e gestão da bacia hidrográfica. Por fim,
332 agradeceu a dedicação de todos os membros do Comitê, destacando o trabalho coletivo
333 realizado ao longo de todo o ano de 2024, desejando boas festas e feliz 2025. Tendo sido
334 cumprida a Ordem do Dia, encerrou a reunião. Esta Ata resumida foi elaborada pelo
335 Taquígrafo Dartan Gravina, de acordo com os registros das notas taquigráficas da Ata de
336 inteiro teor.

Minuta